

1. *A aventura modernizadora*

Gustavo H.B. Franco

A primeira década da República talvez tenha sido a mais intensa em matéria de reformas modernizadoras, ao experimentar um vendaval de destruição criadora que se explica, em alguma medida, pela apatia antimodernizadora dos anos anteriores. Não há nada de acidental no fato de o crescimento da renda *per capita* do país entre 1820 e 1900 mal ter atingido 5% em termos acumulados. Nesse período, a relação entre a renda *per capita* americana e a brasileira triplicou, passando de 1,9% a 5,8%, um atraso jamais recuperado.

A historiografia cultiva um olhar benigno sobre o Império, exaltando a estabilidade das instituições e sobretudo a preservação da unidade territorial, um contraste positivo considerando a vizinhança. Porém, é impossível dissociar o péssimo desempenho econômico do Império dessa equação política supostamente virtuosa, da qual faziam parte não apenas a escravidão — uma abominação que não precisava ter durado tanto tempo —, como os impedimentos à livre-iniciativa ricamente resenhados na agonia do Visconde de Mauá. Na verdade, foi o exato rompimento dessa equação que transformou a quartelada de 15 de novembro de 1889, um tanto inesperadamente, numa verdadeira revolução.

A aventura modernizadora na economia começou em 17 de janeiro de 1890, quando a jovem República conheceu seu primeiro grande pacote econômico, pelas mãos de Rui Barbosa, o celebrado jurista e orador, alçado da propaganda republicana à pasta da Fazenda. O coração do pacote compreendeu uma reforma bancária e nas leis de formação e incorporação de empresas, compondo um verdadeiro salto para a modernidade, simultaneamente ambicioso e irreversível. Em suas crônicas, Machado de Assis diversas vezes referiu-se àquela data como “o primeiro dia da criação”. Na linguagem de nossos dias, seria nosso primeiro choque de capitalismo.

A reação do mercado a tudo isso foi de absoluto deslumbramento: de pouco mais de 90 companhias listadas no início de 1888, a bolsa passou a cerca de 450 em meados de 1891. Ganhou renovado ímpeto a bolha especulativa que havia iniciado com o programa reformista de “inutilização da República” do Visconde de Ouro Preto, o último chanceler do Império. A designação “Encilhamento” se referia ao momento em que os cavalos eram preparados para o páreo, e as armações entabuladas. Foi esse o título para o famoso *roman à clef* escrito originalmente sob o pseudônimo Heitor Malheiros, na forma de um folhetim a partir de

fevereiro de 1893, pelo Visconde de Taunay, destacado monarquista que teve imensa e duradoura influência sobre a historiografia dessa década.

Taunay retratou em cores espetaculares as operações mirabolantes na bolsa como representativas de uma nova ordem na qual, conforme a descrição de José Murilo de Carvalho, a República teria trazido “uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante”. E mais: a ideia de que tudo não passava de uma bolha e que nenhum progresso real resultaria desse turbilhão financeiro servia para lançar dúvidas sobre todo o exercício a partir de 15 de novembro.

Na verdade, em variados formatos, a década a seguir seria consumida com debates sobre a viabilidade e o legado das empresas aí surgidas, a reputação e o crédito de seus empreendedores e os custos para o Erário das “garantias de juros” (como eram conhecidos os subsídios) e das facilitações monetárias. Melhor resumo não há dessas inesgotáveis polêmicas que o oferecido por Machado de Assis em *Esau e Jacó*, através da rivalidade entre os gêmeos Pedro, o médico monarquista, e Paulo, o advogado republicano, ambos interessados em Flora, a filha de um político.

No final do superlativo ano de 1890, contudo, uma tempestade perfeita parecia se formar. Dificuldades na Argentina repercutiram seriamente na saúde do banco Baring Brothers, em Londres, deflagrando uma das primeiras e mais interessantes crises financeiras de características globais da era moderna. O Brasil vinha recebendo grandes volumes de capital estrangeiro e de emigração, à semelhança dos chamados países de assentamento recente. Mas, ao longo de 1891, a liquidez internacional desapareceu, o câmbio depreciou de forma acentuada e se instalou mais uma polêmica insolúvel, até hoje viva na historiografia: se o câmbio desmoronou por conta de volúveis capitais estrangeiros que deixaram o país ou se em razão de excessos monetários.

Entre 1889 e 1894, a oferta de moeda cresceu 3,5 vezes e a inflação, que pode ter alcançado 20% ao ano, emergiu como uma das mais nefastas inovações trazidas pela República. A euforia do Encilhamento converteu-se em pânico e rapidamente em dificuldades nos balanços dos maiores bancos. Por isso ganharam prioridade na agenda do novo ministro da Fazenda de Floriano Peixoto, Rodrigues Alves. Ele foi o primeiro a propor, no começo de 1892, um esquema de clara coloração deflacionista de “encampação” do papel-moeda bancário, reestruturação e provável estatização dos bancos emissores. A jovem República, depois de uma bolha seguida de maxidesvalorização cambial, estava no limiar de uma séria crise bancária antes mesmo de completar seu terceiro ano.

A guinada ortodoxa foi evitada, ao menos nesse momento, com a substituição de Rodrigues Alves por Serzedelo Correia, que procurou um compromisso engenhoso entre metalistas (os ortodoxos da época) e papelistas (os precursores dos desenvolvimentistas) no Parlamento, através da fusão dos bancos emissores em dificuldade. Formou-se, então, o Banco da República do Brasil, o BRB, um gigante construído para caber na noção de “grande demais para quebrar”. Com isso, ficavam mais evidentes a justificativa e a urgência para o uso de recursos públicos com a finalidade de auxiliar a resolução do problema.

Houve resistências especialmente fortes, pois eram divergentes e enviesadas as percepções sobre os progressos realizados durante o Encilhamento, conforme aferidos pela qualidade dos ativos do novo banco. Lideranças industrialistas aplaudiram a iniciativa de Serzedelo e seu programa de “auxílios à indústria”, mas, em oposição, dizia-se que a fusão tratava de prolongar a sobrevivência de dois bancos que, como depois diria Joaquim Murinho, concentravam em suas carteiras “todas as loucuras da bolsa”.

Logo adiante, todavia, em fins de 1894, com Prudente de Moraes na Presidência da República e numa economia em má situação, Rodrigues Alves retornaria à Fazenda, agora com o mandato pleno para arrumar a casa. Para tanto, o ministro foi buscar recursos no exterior, iniciou uma espécie de encontro de contas entre o Tesouro e o BRB e passou no Congresso o seu plano de saneamento bancário, que se transformaria em lei em dezembro de 1896.

A essa altura, o papel-moeda em circulação totalizava impressionantes 712 mil contos, valor cerca de 40% superior ao observado em novembro de 1891, fazendo supor que crescia com a crise. Parecia particularmente próprio de se observar que a expansão monetária acomodava, como hoje se diz, uma plethora de tensões decorrentes de inovações deflagradas pela Abolição e pela República. Entre elas, a mais prosaica era a campanha de Canudos, uma desafortunada — e para o governo custosa — demonstração da resistência às reformas, imortalizada pelas narrativas de Euclides da Cunha e Mario Vargas Llosa. “As revoluções trazem sempre despesas”, nos diz Machado de Assis.

Em 1898, Rodrigues Alves já havia sido substituído por Bernardino de Campos, que negociou os detalhes de um esquema mais ambicioso de refinanciamento de obrigações externas, o famoso *funding loan*, operação que consistia na emissão de até £10 milhões em novos títulos para reescalonar pagamentos, no contexto de um severo programa de ajuste fiscal. Em seguida, o esquema seria complementado por outra operação, de £16,6 milhões, destinada a refinar os passivos decorrentes de garantias de juros dadas às estradas de ferro.

Enquanto isso, mais para o Sul, o excesso de crescimento no plantio de café, aparentemente provocado pela depreciação cambial, expandia em demasia a oferta e fazia cair

os preços, depreciando ainda mais o câmbio e fazendo crescer a inflação. A produção de café em São Paulo tinha aumentado de uma média de cerca de 2,8 milhões de sacas entre 1890 e 1896 para 6,0 milhões entre 1897 e 1900, deixando evidente que havia um desequilíbrio estrutural no mercado, com uma tendência à superprodução apenas agravada pela depreciação progressiva do mil-réis. Entretanto, uma solução definitiva para a estabilidade do setor cafeeiro e sua conciliação com a adesão ao padrão-ouro estaria ainda alguns anos à frente.

O ministro Joaquim Murinho, médico de formação e cujos detratores acusavam de darwinismo econômico, foi o personagem que encerrou os trabalhos dessa década tumultuada. A raiz do problema, de acordo com trechos icônicos de seus relatórios na Fazenda, tinha a ver com o “excesso de emissões”, que teria levado a “uma pseudoabundância de capitais” e, como resultado, o “estabelecimento de indústrias artificiais e a organização agrícola para a produção exagerada de café”. Tratava-se de deixar perecer essas indústrias e de operar uma redução na produção cafeeira, de modo a promover “a concorrência entre os diversos lavradores, produzindo por meio de liquidações a seleção natural, manifestada pelo desaparecimento dos inferiores e pela permanência dos superiores”. Na mesma linha, em 12 de setembro de 1900, concluindo uma longa agonia, o BRB se viu obrigado a submeter-se a um regime de liquidação extrajudicial, conforme determinações de uma nova lei aprovada para esse propósito.

A década terminava com demonstrações impressionantes de conservadorismo monetário, até mesmo com a incineração de papel-moeda, um desfazimento simbólico do que se passara em 1890. Inclusive através da mal disfarçada esperança de que fosse possível recuperar a paridade cambial de 1846, remediando os exageros de Rui Barbosa e as omissões da Monarquia em disciplinar o câmbio e a moeda. Restou claro que os ganhos em termos de revalorização da moeda nacional foram decepcionantes relativamente aos estragos e às polêmicas que Murinho deixara para trás. A década, que se iniciara com uma espécie de embriaguez de reformas — e com a introdução do binômio “ordem e progresso” na bandeira nacional —, findava com perplexidade diante das contradições práticas entre esses dois desideratos.

